

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

"SE ESSA RUA FOSSE MINHA": JOVENS CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS PARA A CIDADE

Clarice Cassab (UFF)

## **“Se essa rua fosse minha”: jovens construindo novos caminhos para a cidade.**

O objetivo do trabalho é apresentar algumas considerações iniciais a respeito de como a circulação dos jovens pelas ruas da cidade pode contribuir para que construam um entendimento das relações sociais e espaciais que se configuram na cidade. O trabalho parte do projeto desenvolvido junto a jovens pobres residentes no entorno do Campus da UFJF, em Juiz de Fora. A partir da experiência de circular pela cidade esses jovens puderam percebê-la em outras dimensões e sob outra ótica, contribuindo para construir um sentido de apropriação. Seu enquadramento teórico situa-se no entendimento da crise do trabalho e da emergência de novas possibilidades para que jovens pobres construam caminhos em direção a uma emancipação e ação política.

O trabalho tem como objetivo compreender como a circulação dos jovens pelas ruas da cidade pode contribuir para que construam um entendimento das relações sociais e espaciais que se configuram na cidade. Seu enquadramento teórico situa-se no entendimento da crise do trabalho e da emergência de novas possibilidades para que jovens pobres construam caminhos em direção a sua emancipação e ação política.

A readequação do capitalismo a partir da superação do modelo de acumulação fordista por formas produtivas desregulamentadas e flexíveis provocou, nas últimas décadas, mudanças profundas nas esferas econômica, política, social e cultural. A consolidação dessa política teve como principal resultado o aumento da precarização dos trabalhadores urbanos.

Em realidade, a partir da década de 90 e em especial após o governo Collor e o Plano Real, foram adotadas uma série de medidas políticas e econômicas que acabaram por acirrar a dependência do Brasil aos capitais internacionais, tornando-o ainda mais vulnerável as flutuações financeiras. Essas alterações foram acompanhadas de políticas de redução do papel do Estado que visavam retirar deste os “ônus” provenientes dos encargos sociais. A fragilidade econômica e as políticas de desregulamentação do trabalho, associadas ao enfraquecimento da “mão esquerda do Estado” (BOURDIEU, 2003) propiciaram uma enorme precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores que habitam as cidades brasileiras. O resultado foi a crescente diminuição da renda média familiar, o aumento da pobreza, a redução dos postos de trabalho formal e o crescimento do subemprego.

Esse processo formou um enorme contingente de trabalhadores desempregados, com baixa expectativa de se (re)inserirem no mercado de trabalho formal, além de subproletariados, todos sem possibilidades de acesso as rendas direta e indireta geradas pelo trabalho. O aumento do número de pessoas que têm um reduzido, frágil e inseguro horizonte de trabalho e de garantia de sobrevivência, faz com que grandes contingentes, em especial os jovens circulem ora no mercado formal, ora no informal e mesmo no ilegal, ou no emprego, subemprego e no desemprego. Hoje, parcelas majoritárias de trabalhadores não conseguem constituir-se nem enquanto trabalhadores, nem enquanto cidadãos ou sujeitos de direitos.

É evidente que a difícil situação da juventude brasileira não se inaugura com a reestruturação do capital. No entanto, parece ser possível afirmar que ela se aprofundou ainda mais, acompanhando o movimento de precarização do trabalho.

O Censo demográfico de 2000 apontava para a existência de 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, no Brasil. Desses, 4,5 milhões viviam em famílias com renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo sendo que 700,9 mil (17%) viviam em áreas metropolitanas e 1,8 milhão (43%) em áreas urbanas não-metropolitanas.

Dos cerca de 34 milhões de jovens existentes no Brasil, 17,2 milhões (52%) estavam ocupados – apenas 6 milhões (36%) em empregos formais – e 3,8 milhões (11%) desempregados. Sendo que 2 milhões (53%) eram mulheres.

Entorno de 26,2% dos jovens pobres estão desempregados enquanto que 11,6% dos jovens mais ricos encontram-se na mesma situação – sendo que entre eles o trabalho assalariado possui maior participação (77,1%). Desses, 49% possuem carteira assinada.

Entre os jovens pobres, esses percentuais caem significativamente. Apenas 41,4% dos jovens pobres possuem trabalho assalariado sendo que, do universo de trabalhadores assalariados 74,3% não tem carteira assinada. Os jovens de 15 a 24 anos representam cerca de 20% da população do país. São 33 milhões de brasileiros, dos quais 80% vivem na área urbana (IBGE, 2000).

Já de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2001), 3,7 milhões de jovens estão desempregados; O que representa 47% do total de desempregados no Brasil. A taxa de desemprego aberto para os jovens é de cerca de 18%, enquanto a média brasileira é de 9,4%.

Do total de jovens brasileiros 17 milhões, ou seja, metade, não estavam freqüentando escola. Dentre os que estudam 43,2% possuem até o ensino fundamental completo, 43,5% estão cursando ou completaram o ensino médio e apenas 13,3% conseguiram alcançar o ensino superior.

Dos jovens de 15 a 24 anos, 10,5 milhões (31%) moravam em Regiões Metropolitanas e 17,7 milhões (52%) moravam em Áreas Urbanas Não-Metropolitanas. Além disso, as maiores taxas de desemprego são encontradas na área urbana: 25,7% nas regiões metropolitanas e 17,7% nas demais áreas urbanas.

Fora do mercado de trabalho formal, abandonados em periferias carentes de bens e serviços, para esses jovens a cidade é o lugar de permanentes riscos e confrontos, o lugar de incertezas quanto ao futuro. Por outro lado, a permanência desses jovens no espaço da cidade é lida de forma ameaçadora. Jovens sem trabalho, sem escola, pobres se tornam potenciais ameaças na leitura enviesada de segmentos da sociedade. A resposta a esse perigo é a repressão e a punição. São os jovens as maiores vítimas da violência, inclusive da violência oficial (CASSAB, 2001).

Entre 1980 e 2000 houve um significativo aumento da taxa nacional de vítimas de homicídio na faixa entre 15 e 24 anos. Essa passou de 30 para 52,1 por grupo de cem mil. Sendo que as vítimas caracterizam-se, quase que por absoluto, por serem pobres, pretos e moradores das regiões mais precárias das cidades.

De acordo com a pesquisa do PNAD, em 2001, morreram 45 mil jovens de 15 a 24 anos no Brasil, destes 36 mil (79,8%) eram homens e 9 mil (20,2%) eram mulheres. As causas externas responderam por 32,2 mil (70%) das mortes de jovens nesta faixa etária. Neste total, estavam 28,8 mil mortes de jovens do sexo masculino (79% do total de mortes destes jovens homens) e 3,4 mil mortes de jovens do sexo feminino (36,8% do total de mortes destas jovens mulheres). São nas regiões metropolitanas onde se encontram as maiores taxas de homicídio de jovens. Das 16,9 mil mortes por homicídio de homens de 15 a 24 anos, quase 10 mil (58%) ocorreram em áreas metropolitanas.

Dados da UNESCO (2002) apontam a taxa de mortalidade juvenil por homicídio no Brasil – 45,8 por mil jovens em 1999 – como sendo a terceira maior do mundo. Também é grande o número de jovens brasileiros em privação de liberdade. De acordo com Silva (2003) existiam, em 2001 no Brasil, 10 mil jovens em privação de liberdade. Destes 90% eram do sexo masculino e 76% estavam na faixa etária de 16 a 18 anos. Sendo que 60% eram pretos e 51% não freqüentavam a escola e 40% não trabalhavam no momento em que cometeram o crime.

Se é verdade que os jovens sentem de forma violenta as conseqüências da reestruturação do capital e do trabalho, também é certo que esse segmento tem procurado alternativas e respostas a sua situação. E nesse cenário que se enquadra a ação política que os jovens vêm desempenhando na esfera pública através da participação em organizações tradicionais ou mesmo através da ação social direta. Tal ação faz com que

esses jovens realizem novas possibilidades de construção de sua condição de sujeitos políticos através da luta pelo acesso á cidade.

Assim, como afirma Cassab, o trabalho permanece sendo a “*salvaguarda para o reconhecimento social e a diferenciação, capaz de lhes [aos jovens] garantir o mínimo de possibilidades de escaparem ilesos ao conflito que se agudiza nesta época da vida*” (CASSAB, 2001, p.61), por outro ele se torna cada vez mais remoto. Diante disso a dimensão da cidade, através da luta política, se torna uma das alternativas para esses jovens. Não que o trabalho tenha perdido sua centralidade, ao contrário, mas na luta pelo trabalho se soma o horizonte pela cidade.

A construção dessa questão situa-se na experiência profissional desempenhada como coordenadora do projeto de *Mapeamento da rede de atendimento sócio-assistencial de atendimento à infância e adolescência de Juiz de Fora*. Esse projeto é parte do programa *UFJF: território de oportunidades*.

O mapeamento da rede está alicerçado na idéia da apropriação, pelos jovens, do espaço urbano e da própria cidade em que vivem. Para tanto foi construído um banco de dados espaciais através da utilização de um sistema de informações geográficas (SIG). O pressuposto que norteia o projeto é o de que as relações sociais se realizam, concretamente, na forma de relações espaciais e por esse motivo, (re)conhecer e apropriar-se da cidade é elemento fundamental na constituição das relações sociais.

Lefebvre (2004, p.85) afirma que “*o fenômeno e o espaço urbanos não são apenas projeções das relações sociais, mas lugar e terreno onde as estratégias se confrontam. Eles não são, de maneira alguma, fins e objetivos, mas meios e instrumentos de ação*”.

Diante disso, admitir o espaço urbano como condição, meio e produto da ação humana – pelo uso, ao longo do tempo conduz a superação da imagem da cidade como simples localização dos fenômenos para revelá-la na condição de sentido da vida e enquanto lugar do possível, e portanto, aberta ao futuro (CARLOS, 2004, p.10). Pois;

Na apropriação se colocam as possibilidades da invenção que faz parte da vida, que institui o uso que explora o possível ligando-o a uma prática criadora. Isso

porque o homem habita espaços e deles se apropria (...); o que significa que a apropriação se refere a um lugar determinado no espaço, a uma localização e distância que se relaciona com outros lugares da cidade, ganhando qualidades específicas.

Apropriar-se, por sua vez, contempla “*as relações que ocorrem no plano do morar*”. O destaque dado à dimensão do morar é justificado na medida em que a prática sócio-espacial se dá como forma de apropriação dos lugares onde se realiza a vida cotidiana em seu conjunto. É a partir da casa, de seu bairro que se cria o “*primeiro quadro de articulação espacial no qual se apóia a vida cotidiana*”. Por essa razão o espaço da habitação e o ato de habitar se revelam enquanto criadores de uma identidade (CARLOS, 2004).

Contudo, no caso dos jovens pobres a apropriação da cidade é limitada e fragmentada, reduzida às pequenas regiões da cidade. Lefebvre (2004) pondera que a estratégia capitalista de dominação do espaço reduz os moradores da cidade à função de compradores de espaço. O espaço urbano possui valor de troca o que faz com que sua apropriação se dê nos marcos da propriedade privada e do mercado. Nessa perspectiva, para seus habitantes a cidade se torna fragmentada pelos espaços possíveis de serem “comprados”. Como resultado os moradores se reduzem a usuários que apenas usufruem de parcela da cidade. Assim, nas cidades, os lugares negociados no mercado imobiliário reafirmam no espaço a desigualdade social. Os espaços dos pobres são as periferias, as favelas e os bairros pobres.

Ao circularem os jovens vivenciaram a cidade em suas contradições. J.D.S. ,em depoimento a autora (2006), diz que em “*muitos bairros nota-se que havia lugares que na entrada do bairro só existiam casas bonitas e mais adentro nas periferias ficavam famílias menos abastadas que passavam dificuldades*”.

W.P. (depoimento a autora, 2006), durante seu campo, diz perceber como “*a cidade é dividida*” e assinala ainda que “*(...) em locais que os custos para se divertir é alto provavelmente só os ricos freqüentam. Pessoas que não tem muita condição moram em locais diferentes dos que tem. Os ricos moram em condomínios ou então em áreas nobres da cidade*”.

Mesma opinião dividida por L.A (depoimento a autora, 2006) ao afirmar que “*existe o lugar destinado à moradia de ricos e pobres na cidade, pois o pobre nunca vai poder morar num condomínio de luxo enquanto o rico pode escolher onde morar*”.

Para Villaça (1998) a segregação espacial se caracterizaria como um processo onde diferentes grupos se concentram em diferentes áreas e bairros da metrópole. Em seu trabalho, o autor argumenta que na formação das cidades brasileiras o que se observa é a existência das mais variadas formas de segregação, desde aquelas produzidas pela etnia, nacionalidade até as de classe.

Maricato (2003, p.152) parece corroborar com essa interpretação ao afirmar que:

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável.

A segregação espacial representaria as diferenças sociais, pois, se de um lado o espaço urbano possuiria os recursos necessários à reprodução social, a distribuição desses recursos refletiria chances desiguais de acesso (QUEIROZ RIBEIRO, 2003). Sendo assim, a segregação se comportaria como a espacialização da divisão em classes da sociedade, em que as diferenças entre aqueles que podem se utilizar de grande parte da cidade, e aqueles que apenas usam uma parte reduzida, se manifestam. São esses últimos os que vivem nas favelas e nas periferias urbanas onde estão duplamente condenados a pobreza, uma gerada pelo modelo econômico e outra pelo modelo territorial que define os

lugares de cada um na cidade. O que significa a possibilidade de pensar a cidade como objeto de apropriações diferenciadas. É nesta lógica que se processa o afastamento daquele que não é desejável.

A posição segregada dos jovens pobres no tecido urbano é reflexo das relações sociais de tipo desigual, que resultam em diferentes capacidades de apropriação do espaço urbano. Para Carvalho (2004:10), essa segregação representaria “*a concentração dos diversos segmentos sociais em territórios bem definidos e a institucionalização da inferioridade, da desclassificação e da imobilidade das classes populares*”.

No processo de segregação sócio-espacial, parece também estar em jogo a capacidade de apropriação do espaço urbano como sendo um espaço decisivo para a produção e reprodução da vida desses jovens.

Rodrigues (1989), afirma que a apropriação do espaço possui três dimensões. Uma dimensão econômica que implicaria em um controle da produção dos espaços urbanos do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Uma dimensão sócio-cultural que possibilitaria a (re)criação de “*redes de sociabilidade específicas a um determinado grupo de modo a que permitam a preservação e o desenvolvimento de um estilo de vida próprio*”. Já a psico-social permitiria a identificação dos espaços com “*aspirações, desejos e sonhos dos indivíduos (...) bem como a preservação de (re)criação de redes de relações de ordem efetiva*” (RODRIGUES, 1989, p. 97).

O que se verifica é que, em muitas situações, os jovens pobres possuem reduzida possibilidade de apropriação econômica não podendo, com isso, intervir de maneira decisiva na estruturação do espaço urbano. Mas do que isso, suas possibilidades de apropriação sócio-cultural e psico-social também são limitadas.

Por essa razão que a apropriação também é entendida como a possibilidade que as pessoas possuem para se mover, possuir e agir. Apropriar-se remete a identificação com o território e, conseqüentemente, a possibilidade de sua transformação. Um espaço que não se faz parte ou não se identifica, não é apropriado e, conseqüentemente transformado.

Para Lefebvre (1989) a apropriação remete a um sentido simbólico, marcado pelo vivido e pelo valor de uso. Ao contrário da dominação que refere-se ao valor de troca. Afirma o autor:

O mundo da mercadoria tem sua lógica imanente, a do dinheiro e do valor de troca generalizado sem limites. Uma tal forma, a da troca e da equivalência, só exprime indiferença diante da forma urbana; ela reduz a simultaneidade e os encontros à forma dos trocadores, e o lugar de encontro ao lugar onde se conclui o contrato ou quase-contrato de troca equivalente: o reduz ao mercado (LEFEVBRE, 2001, p.82).

É nesse sentido que ao se falar em segregação também se está falando “*da não possibilidade de apropriação dos espaços e da não possibilidade de as pessoas criarem e transformarem espaços em lugares*” (RODRIGUES, 1989, p. 98). Não basta apenas circular pela cidade. Também é preciso marcar, formar e transformar territórios na cidade.

L.A. (depoimento a autora, 2006) observa que,

em locais que existiam pessoas (casas) ricas, achavam locais com casas humildes, onde o único lugar em que podiam ter um momento de lazer era um campo improvisado (eram casas muitas vezes próximas). Já em bairros muito elevados não era possível se ver a presença de jovens “pobres” por serem condôminos todos fechados (impedindo a entrada).

Dividindo-se entre a necessidade de estudar e trabalhar, em buscar diversão e não ter acesso aos equipamentos sócio-culturais, jovens pobres vivem cotidianamente a cidade sem a ela pertencerem de fato.

Para Castro (2004) o circular se configura como o ponto de partida para o conhecimento e ocupação da cidade. Através do “perambular” pelas ruas esses jovens podem tornar seu um espaço até então desconhecido. Contudo, em sua posição segregada esses jovens perdem a dimensão do circular livremente pelas ruas da cidade. Muitos deles permanecem circunscritos ao seu local de moradia. Dessa forma, “*às oportunidades de mobilidade contrapõem-se a guetificação, quando o sujeito se encerra em espaços que*

*restringem suas oportunidades de ver, conhecer e ocupar a cidade*” (CASTRO, 2004, p.72).

Nesse caso, prossegue a autora, *“parece fato que a circulação, como capital simbólico se distribui desigualmente na população, concorrendo para exacerbar as condições de pobreza, desemprego e inacessibilidade à educação”* (CASTRO, 2004, p.97).

A ida a campo representou, para esses meninos e meninas, a oportunidade de saírem de seus bairros e entorno e conhecerem o desconhecido. R.T. afirma que *“estava preso um pouco na minha cidade, a única coisa que sabia era meu bairro e só conhecendo um pouco da cidade deu para conhecer o que há nela”* (R.T. depoimento a autora, 2006). Mesmo sentimento é compartilhado por M.M. (depoimento a autora, 2006) ao dizer que *“antes eu via apenas o centro e hoje outros lugares eu já conheço”*.

Para Certeau (1990, p.183) o caminhar representa a falta de lugar, a ausência, a procura e a *“errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação do lugar”*. E nesse sentido os passos moldam espaços, fazendo com que o ato de caminhar pareça *“encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação”* (CERTEAU, 1990, p.177).

Assim, no seu circular esse jovens anunciam-se na cidade. Tornam evidente a sua presença, criam e recriam espaços dando-lhes sentido a partir da sua ação. O espaço não é algo sem vida e nem apenas o substrato da ação humana. Ao contrário, é parte integrante das ações sociais. Desta forma, espaço e ação estão intrinsecamente associados já que o espaço contém o movimento (SANTOS, 1991).

Bourdieu (1993) argumenta que o espaço social se manifesta sob a forma de oposições espaciais, daí decorre que não existiriam espaços, em uma sociedade de classes, que não exprimissem as desigualdades sociais. Nele o poder se afirma e se expressa de distintas formas, sendo a da violência uma delas.

Ao saírem de seus bairros esses jovens puderam descobrir uma nova cidade. Uma cidade desconhecida e inimaginada. M.M. (depoimento a autora, 2006) expressa bem esse sentimento. Quando perguntada sobre o que representou a possibilidade de

circular pela cidade, afirma: *“foi como se eu tivesse em outra cidade, apenas com o endereço, procurando lugares que eu não conhecia”*.

Já para J.D (depoimento a autora, 2006) o circular representou *“um choque muito grande pois havia lugares que eu nunca imaginei que um dia ia ter que ir lá, mas isso me ajudou, pois agora sei me localizar mais”*.

Também ao saírem puderam conhecê-la em uma outra escala, ampliando, portanto, sua própria representação da cidade. J.D. prossegue seu depoimento afirmando que *“pensava que a cidade se limitava apenas aos lugares em que eu costumava freqüentar. Conhecendo outros bairros vi que a cidade é muito maior”*.

L.G. (depoimento a autora, 2006) diz que *“antes tinha idéia só do Centro e São Pedro, agora tenho muito mais na minha bagagem pois conheço outros bairros que não conhecia”*. O mesmo sentimento está expresso na fala de L.A. Ao ser perguntada sobre qual a idéia que tinha anteriormente e qual a idéia de cidade que tem hoje, responde que *“achava que não haveria problemas em me deslocar pela cidade. E que a cidade não era tão grande. Agora tenho uma visão mais ampla sobre os bairros e suas dificuldades”*.

A jovem expressa sua surpresa por descobrir que não sabia se localizar ou não imaginar *“ter que precisar de orientação para chegar no destino necessário”*. C.M. também pondera como o circular pela cidade *“representou conhecer lugares que nunca tinha ido e descobrir que Juiz de Fora é muito maior do que imaginava”*.

Ao ultrapassarem os limites de seus bairros esses jovens iniciam o processo de (re)construção da própria imagem e concretude da cidade. Percebem a cidade não apenas como fragmentos mas como um espaço articulado. Derrubam barreiras simbólicas e objetivas, descortinam locais inusitados, percebem a diversidade da vida na cidade e iniciam sua apropriação.

Questionado sobre a importância de circular pela cidade, L. 17 anos diz que o *“circular pela cidade é importante para conhecer o espaço, os bairros da cidade e aprender a se localizar”* (depoimento a autora, 2006).

Contudo, ao receberem a notícia da necessidade de circularem pela cidade e, conseqüentemente, terem que sair para além do perímetro familiar de seus bairros, a primeira reação desses jovens foi de recusa e apreensão. Como realizar entrevistas em lugares tão distantes e desconhecidos? Essa parecia ser a principal pergunta feita por eles.

O medo de circular pela cidade indica o temor da rua e o medo de perde-se. A rua representa o desconhecido que ora parece convidar a aventura e a descoberta e ora parece aterrorizar. Apesar disso, um dos jovens afirma que *“eu achei que seria chato ir para o campo mas foi a parte melhor, na minha opinião”* (C.A., depoimento de campo, 2006). Assim, se a primeira vista a ida a campo, o circular causou apreensão rapidamente esse sentimento se transformou em possibilidade de enfrentar o desconhecido.

Perguntado sobre o que mais gostou do trabalho de campo muitos dos jovens ressaltaram a possibilidade de conhecer o diferente mas quando indagados do que menos gostaram, grande parte respondeu ter se perdido pela cidade na busca pelas instituições.

Todavia, entende-se que é nesse sentido, o de se perder, o de não conseguir localizar-se que o diferente e o desconhecido se tornam uma descoberta. Walter Benjamin afirma que para conhecer uma cidade, é preciso perder-se nela: *“saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução”* (1989:73). Na imagem do Flâneur, a necessidade da mobilidade, percorrendo a cidade na procura de intensas sensações e o vivo interesse pelo espetáculo da cidade.

Castro (2004, p.84) mostra que *“para os jovens pobres esta errância está permeada de uma vigilância constante realizada pela repressão e pelo constrangimento do aparato policial, tornando-se parte do cenário de humilhação e fortalecimento de estereótipos”*. Ainda que esses jovens possam se sentir seduzidos pelas possibilidades que a cidade oferece *“têm seus espaços de circulação francamente limitados e reduzidos, como por exemplo, o acesso a determinadas áreas nobres da cidade, a shopping, etc, a não ser que paguem o preço de se verem constrangidos e, muitas vezes, humilhados”* (CASTRO, 2004:84).

Nesta situação alguns jovens são identificados como “perigosos” a partir de sua cor, da sua posição de classe e da ocupação e uso que fazem do espaço da cidade. L. em

depoimento a autora (2006) afirma que “*o rico vai me olhar atravessado pelo fato de eu ser negra e a forma como estou vestida*”. A reunião desses jovens pobres pelas ruas e seu movimento pela cidade, seja na busca de lazer ou mesmo na procura de emprego, é visto como potencialmente perigosa. A ocupação da cidade pelos jovens só é tolerada dentro dos limites da ordem imposta pelos adultos (CASTRO, 2001). Esses jovens têm sua circulação controlada e tolhida. O que se agrava quando a lógica da segregação territorial impõem a jovens pobres o não direito de estarem em parte da cidade.

J.S. (depoimento a autora, 2006) relatando sua experiência diz que “*tem lugar que só entra pessoa ‘rica’ e uma pessoa pobre é excluída daquilo. Assim quando um rico vai num lugar que é dos mais pobres eles são recebidos como uma pessoa qualquer e se sentem bem com aquilo*”.

Indagada sobre a experiência de circular pela cidade uma das jovens afirmou que “*eu nunca tive a oportunidade de ir em outros bairros pra ver as diferenças, deu pra perceber que serviços como o de transporte por exemplo são muito ruins nos bairros mais pobres*” (depoimento a autora, 2004).

A representação da juventude e do significado de ser jovem aparece de forma contraditória. De um lado, a juventude é representada como sinônimo de vigor, dinamismo e criatividade. Um verdadeiro ícone de felicidade. De outro, a condição juvenil não se ajusta com sua inserção sócio-econômica real. A falta de horizontes profissionais, as altas taxas de desemprego juvenil, bem como a falta de equipamentos sócio-culturais são situações vividas pelos jovens pobres das cidades. Assim, os jovens vivem o paradoxo de serem símbolo de vitalidade e futuro e de terem cada vez menos segurança quanto ao seu futuro. Uma verdadeira assimetria entre o discurso produzido sobre a condição juvenil e a prática diária de ser a camada mais atingida pela insegurança e instabilidade.

Soma-se a todas essas dificuldades uma postura cada vez mais intolerante e julgadora dos comportamentos e diferenças desses jovens. Jovens que são sistematicamente associados à idéia de violência e delinquência.

Mobilizados pela busca ao lazer ou emprego, os jovens percorrem a cidade. Enquanto mercadoria, a cidade também assume posição na esfera do consumo. Consumo

desejado e muitas vezes não realizável. Por outro lado, é, atualmente, a participação na esfera do consumo que determina a posição de cada um na sociedade e, conseqüentemente, na cidade. Wacquant afirma que:

(...) existe a maldição de ser pobre no seio de uma sociedade rica, na qual a participação ativa na esfera do consumo tornou-se um *sine qua non* da dignidade social – um passaporte para a cidadania, mesmo entre os despossuídos. (...) a violência e o crime são amiúde o único meio à mão dos jovens de classe trabalhadora sem perspectiva de emprego para adquirirem dinheiro e os bens de consumo indispensáveis para ascenderem à existência socialmente reconhecida posição de cada um na sociedade e, conseqüentemente, na cidade (WACQUANT, 2001, p.34).

Diante disso, ao jovem pobre, que se encontra fora das possibilidades de consumo, está vetado não apenas o mercado de trabalho, os espaços de lazer, esporte e cultura como também o direito de estarem, de circularem e de se apropriarem da cidade. A esses jovens são reservados fragmentos da cidade, nos quais sua circulação é limitada e vigiada.

Partindo dessa formulação, a experiência junto aos jovens que vivem no entorno do campus da Universidade Federal de Juiz de Fora consistiu na construção conjunta de uma técnica que permitisse não apenas realizar o mapeamento da rede de atendimento a jovens e crianças, mas, e fundamentalmente, criar meios de discutir com esses jovens a questão da cidade. Essa técnica consistiu na construção de um banco de dados espaciais que, por sua vez, significou a possibilidade desses jovens circularem na cidade, uma vez que a ida as instituições foi o primeiro passo para a construção desse banco.

A ida para o campo com o intuito de aplicar os questionários nas instituições de atendimento às crianças e adolescentes foi parte constituinte da técnica implantada no projeto. Essa etapa representou o momento do circular pela cidade onde a rua se colocou como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais. Carlos (1996, p.86) argumenta que é na rua que as formas de apropriação do lugar e da cidade se tornam

claras. Para a autora seria na rua onde *“afloram as diferenças e as contradições que permeiam a vida cotidiana, bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pela estratégia do poder que subordina o social”*. Sendo portanto nas ruas onde as evidências das diferenças e contradições se manifestam.

Lefebvre (1999, p.29) afirma que *“a rua é o lugar do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados. (...) Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada”*.

Sendo assim, é a ação desses jovens, agindo sobre o espaço, que permite que ele seja construído e reconstruído, tornando-o cada vez mais próximo de si e, dessa forma, apropriando-se dele de maneira mais intensa.

O intuito do projeto foi o de fazer com que os jovens se apropriassem do território. Que pudessem sair de suas casas e bairros para conhecerem a cidade e com isso perceberem que fazer parte da cidade vai além de seu bairro e de sua vizinhança. Fazer parte da cidade significa ter o direito ao seu uso e acesso fazendo com que esses jovens estabelecessem elos mais fortes não apenas com a região em que viviam, mas com a cidade como um todo.

Quando perguntado sobre a imagem que tem da cidade após a realização do projeto D.O. afirma que anteriormente tinha a idéia de *“uma cidade sem dificuldades e que agora vejo que temos dificuldades e problemas a resolver”*.

Também L.G. assinala como o projeto contribuiu para que *“eu pudesse estar mais atento com tudo envolvendo a cidade”*.

J.S. diz que antes a cidade era *“o lugar onde eu moro, nasci, estudo, tenho meus amigos e não dava importância aos outros lugares. Agora tenho uma visão mais ampla da cidade”*.

Em fim, C.A. também modifica sua idéia da cidade e diz que antes *“eu dava um valor para a cidade sempre menos, mas como ocorreu esse projeto, agora eu tenho uma visão diferente. Sei que ela é importante a todos mas não tem um bom direito a todos”*.

Suas falas apontam para uma outra cidade. Agora a cidade torna-se objeto de interesse e não apenas palco por onde se transita. Ao reconhecerem as dificuldades

existentes e se colocarem como parte da solução, esses jovens se posicionam como integrantes dessa cidade, como pertencentes a ela. A cidade ganha outra dimensão. Ela cresce aos olhos desses jovens que percebem como, apesar de importante para todos, nem todos teriam um “*bom direito*” a ela.

### *Considerações finais*

A segregação assimila a diferenciação resultante de uma sociedade dividida em classe. Enquanto processo de organização espacial, a segregação materializa no espaço urbano e na cidade os mecanismos que produz e reproduz das divisões hierarquizadas e as diferenciações sociais. O que, por sua vez, resulta na emergência de diferentes formas de apropriação da cidade.

Aos jovens pobres, moradores das periferias ou dos territórios de pobreza, essa apropriação é limitada e restrita. Indagado se os jovens pobres circulariam livremente pela cidade, W. respondeu que “*não. Depende do lugar que ele vai, eu acho que o jovem vai no lugar onde ele se sente bem, quem gosta de funk vai no funk, porém eu já vi um amigo meu sendo expulso de um lugar porque ele estava usando chinelo, ele ficou com muita vergonha*”.

Suas possibilidades de circulação são restringidas por impedimentos objetivos como o alto custo da passagem, a existência de territórios vigiados e protegidos por muros, a sensação de serem vigiados e hostilizados ou mesmo o constrangimento policial.

Questionado sobre se todos os moradores da cidade teriam direito a ela, um dos jovens respondeu que “*na teoria sim, mas na realidade não, pois a pessoa precisa ter dinheiro pra ter direito a tudo na cidade e tem certos lugares na cidade que são muito violentos, cheios de “gangs”*”. O jovem sinaliza dois fatores que impediriam o pleno direito a cidade. Um resultante das diferenciações de renda. Para ele apenas aqueles que “possuem dinheiro” teriam direito a todas as possibilidades que a cidade oferece. Mesma orientação apontada por L. ao afirmar que “*(...) o rico pode ir onde quiser, e o pobre não porque não tem dinheiro*”. O outro, seria a restrição imposta pela violência. Ambas dificultam a livre circulação e permanência desses jovens na rua.

A rua, na sociedade urbana capitalista, “*não permite a constituição de um grupo, de um ‘sujeito’, mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De quê ? O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua*” (LEFEBVRE, 1999, p. 30). Assim, o tempo torna-se o da mercadoria. Ela torna-se a passagem obrigatória entre o trabalho e a casa. A verdadeira apropriação, aquela que significa a afirmação do uso e do valor de uso é “*combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento*” (LEFEBVRE, 1999, p. 31).

Mas foi na rua que esses jovens puderam iniciar um maior sentido de apropriação. Na rua, a própria cidade aparece aos olhos desses jovens. Na rua, eles se apropriam dos lugares e da cidade. Nessa apropriação, conforme Lefebvre (1999), o uso e o valor de uso dominam a troca e o valor de troca.

É nessa perspectiva que entende-se que a cidade precisa ser conquistada e apreendida pelos jovens, para que possa ser entendida não apenas enquanto local de moradia, mas também com espaço para ser apropriado. Assim, o verdadeiro direito à cidade se “*manifesta como forma superior dos direitos: direito a liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade*” (LEFEBVRE, 2001, p. 135).

Quando se refere aos limites impostos a circulação desses jovens, em realidade faz-se referência à ausência de uma série de outras condições que atingem à grande parcela dos moradores das cidades. Pessoas que só conhecem uma parcela da cidade pois encontram-se imobilizados em seus bairros e entorno.

Nesse sentido, a conquista da cidade representaria uma das possibilidades de construção da ação política desses jovens. O deslocar-se pela cidade, o aventurar-se no desconhecido, a percepção das relações e contradições expressas no espaço, significa experimentar o próprio espaço da cidade, dando-lhe sentido através da ação.

### Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras escolhidas III).
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A nova bíblia do Tio Sam*. Disponível em: <[www.lainsignia.org/2001/marzo/int\\_023.htm](http://www.lainsignia.org/2001/marzo/int_023.htm)>. Acesso em: 23 mai. 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Metrôpoles e condições sociais. In. *Anais do Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, setembro de 2004.
- CASSAB, Maria A. Tardin. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.
- CASSAB, Maria A. Tardin e CASSAB, Clarice. Jovens e oportunidades: a desnaturalização da cidade desigual. In: *Serviço social e sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 83, ano XXVI, 2005.
- CASTRO, Lucia Rabello. *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. In. *Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1989.
- MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. In. *Estudos avançados*. São Paulo: May/Aug. 2003, vol.17, no.48.
- QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

RODRIGUES, Walter. Comunidade caboverdiana: marginalização e identidade. In: *Sociedade e território*, n. 8, 1989.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.